

A propósito de
Do capitalismo e do Socialismo – Polémica com Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia¹

● Guardo ainda hoje na memória as aulas práticas de Finanças Públicas do Doutor Teixeira Ribeiro sobre os modelos de desenvolvimento, comparando o desenvolvimento capitalista com os modelos adotados na URSS e na China. Por essa altura, em junho de 1960, o Doutor Teixeira Ribeiro proferiu uma conferência no Instituto de Altos Estudos Militares intitulada *Capitalismo e Socialismo em um Mundo Só*, que viria a publicar no *Boletim de Ciências Económicas*. Em síntese, defendia ele que “o socialismo realizado mostra ser uma técnica eficiente de desenvolvimento de países pobres (...), pois é uma técnica que reproduz, potenciado, o esquema de acumulação do primitivo capitalismo industrial; na verdade, também este restringiu, e ao máximo, os consumos das classes trabalhadoras para aumentar os investimentos; só com a diferença de ter respeitado os consumos das outras classes, enquanto o socialismo os eliminou, o que, para o mesmo nível de rendimento, se traduz em maior formação de capitais.”

A leitura deste texto deu-me a alegria de saber que era possível, mesmo em pleno fascismo, defender o socialismo na Faculdade de Direito de Coimbra. Esta ideia consolidou-se mais tarde, quando, em 1972 (já eu era assistente da Faculdade), publiquei um livrinho intitulado *Do Capitalismo e do Socialismo*. Os acasos da vida envolveram-me numa polémica com Ian Tinbergen (que tinha sido há pouco galardoado com o Prémio Nobel da Economia), ele defendendo uma perspetiva social-democrata e eu uma

¹ Texto que serviu de base à minha intervenção na sessão de apresentação da 2ª edição do meu livro *Do capitalismo e do Socialismo – Polémica com Jan Tinbergen, Prémio Nobel da Economia* (Lisboa, Editora Página a Página, 2017), sessão realizada na Sala de S. Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra no dia 3 de julho de 2017, presidida pelo Diretor da BGUC, Doutor José Augusto Cardoso Bernardes, e com a intervenção principal a cargo do Doutor José Barata-Moura, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e antigo Reitor desta Universidade.

perspetiva marxista sobre a caracterização e o significado do capitalismo e do socialismo. Para minha surpresa, recebi, passado algum tempo, um cartão do Doutor Antunes Varela (que era Ministro da Justiça de Salazar quando fui impedido de entrar na carreira da Magistratura) em que me dizia, entre outras coisas, que aquele livro, “apesar da ideologia colectivista que o perpassa de princípio ao fim, honra o seu autor e a Escola que o formou.”

Fiquei feliz por pertencer a esta Escola, mal sonhando então que, em maio, dez anos depois de ABRIL, alguém viria a votar a minha reprovação no doutoramento porque eu era um “cientista comprometido” e portanto sem lugar na Universidade. Entre outras razões, porque a tese que apresentei terminava exatamente com a citação do trecho de Teixeira Ribeiro que acima transcrevo.

Consolou-me e consola-me a atitude da generalidade dos meus Professores, a começar pelo Doutor Afonso Queiró (Diretor da Faculdade, a quem devo a entrada nela, porque foi ele que, ao fim de quase dois anos, ultrapassou os obstáculos da Pide e do Diretor-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes), que me disseram: “não ligue. Foram votos políticos”. Uns dois ou três dias depois das provas do meu doutoramento fui ao gabinete do Doutor Teixeira Ribeiro. Mal entrei, disse-me ele: ainda bem que chega; quero dizer-lhe uma coisa. O voto de quem o quis reprovar foi ditado por razões exclusivamente políticas. Eu fiquei em choque, porque o Doutor Ribeiro, escrupuloso como era nas suas afirmações, não costumava dizer coisas destas. Não foi capaz de fazer qualquer comentário. Tratei do que tinha a tratar e saí. Mas, chegado a casa, disse para comigo: amanhã tenho de ir lá saber em que se baseia para me ter dito o que disse. E assim fiz. Entrei no gabinete do Doutor Ribeiro e disparei: o Senhor Doutor desculpe, mas tem de me explicar o que o levou a dizer-me o que ontem me disse sobre o meu doutoramento. Respondeu ele que lhe pedisse tudo, mas não isso: implica terceiras pessoas, e eu não posso dar-lhe a resposta que me pede.

Mas fica autorizado a utilizar em público (oralmente ou por escrito) a nossa conversa de ontem. Comentei eu: eu posso, portanto, dizer que o Senhor Doutor Teixeira Ribeiro está convencido de que o voto de reprovação no meu doutoramento foi ditado por razões exclusivamente políticas. Reação dele, imediata e veemente: não senhor, *eu não estou convencido, eu tenho a certeza absoluta!* É isto que você fica autorizado a dizer onde e quando quiser.

1. Este meu livro foi publicado num tempo em que, à esquerda da social-democracia europeia, se criticava o *estado social* porque ele era um expediente para salvar o capitalismo, como Keynes tinha reconhecido. O *estado social* era encarado como uma *solução de compromisso*, uma “evolução na continuidade” (como o classificava então J. Gomes Canotilho), que visava atenuar as contradições do capitalismo, ‘anestesiar’ os contestatários e afastar os riscos de roturas revolucionárias. Naquela altura, como já antes, *andava um espectro pela Europa...*

Perante o eco favorável que estava a ter por toda a Europa a *Revolução de Outubro*, Lloyd George advertia numa carta que dirigiu a Clemenceau e a Woodrow Wilson (25.3.1919): “Toda a Europa está imbuída do espírito da Revolução. (...) Toda a ordem vigente, nos seus aspetos políticos, sociais e económicos, está a ser posta em causa pela massa da população de um extremo ao outro da Europa.”

Na América, os receios eram os mesmos, num tempo em que “os bancos estavam fechados e gente de bem vendia maçãs na rua” (Averell Harriman). “Em 1932 – reconhece Truman nas suas *Memórias* – o sistema de livre empresa privada estava próximo do colapso. Havia verdadeiro perigo de que o povo norte-americano adotasse um outro sistema.”

Neste quadro, a *revolução keynesiana* visou reduzir o número e a intensidade das crises cíclicas (“as situações de pleno emprego são raras e

efémeras”) para combater a chaga do desemprego involuntário. Para tanto, Keynes entendia ser necessário reduzir a desigualdade dos rendimentos (que era socialmente injusta e economicamente nociva) e assegurar uma certa *coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade*.

Daí a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correta do aforro nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização”, de *uma certa socialização do investimento*.

“A *intensificação das crises cíclicas* e o *crescente caráter crônico do desemprego* mostraram que o capitalismo privado está em declínio como meio de resolver o problema económico”, escrevia Keynes em 1939: “nas condições atuais nós precisamos, se queremos prosperidade e lucros, (...) de *muito mais planeamento central* do que temos presentemente.”

Estes apontamentos mostram que não é correto confinar Keynes às interpretações redutoras que procuraram fazer passar a mensagem de Keynes como “uma hábil política orçamental e monetária” capaz de levar as economias capitalistas a libertar-se das suas contradições, continuando a funcionar segundo os cânones do modelo liberal (fala-se de “keynesianismo bastardo”, de “keynesianismo sem lágrimas”, de “keynesianismo hidráulico”).

Mas mostram também que não se trata de propostas anti-capitalistas: as novas responsabilidades cometidas ao estado capitalista visam apenas colocar à sua disposição novos instrumentos adequados às circunstâncias, “como o único meio de evitar uma completa destruição das instituições económicas atuais e como a condição de um feliz exercício da iniciativa privada” (cap. XXIV da *General Theory*). São, pois, propostas no sentido de reforçar o *estado capitalista*, no pressuposto (que é o de Keynes) de que o estado é uma instância política *neutra, acima das classes*.

O *estado keynesiano* (o *estado social*) integrou-se, como não poderia deixar de ser, na lógica do capitalismo, atuando como fator de ‘racionalização’ e de estabilização, como fator de segurança e como anestésico das tensões sociais, num quadro marcado pelas reivindicações dos trabalhadores e pela emulação da URSS e da comunidade socialista.

No entanto, Keynes foi adotado como ideólogo da social-democracia europeia, que fez do estado social de matriz keynesiana a sua bandeira. O “capitalismo social” vestiu-se de “socialismo democrático”, reduzido este a um indefinido “socialismo do possível” (Título de um livro coordenado por François Mitterrand, Paris, Seuil, 1970), que mais não é, afinal, do que o *capitalismo possível* nas (ou o *capitalismo exigido* pelas) circunstâncias do tempo, um capitalismo que se limita, como bem observa Henri Janne (*ob. cit.*, 218), a “transformar os fins maiores do socialismo em meios de realizar outros fins, isto é, a manutenção do lucro, da iniciativa privada, dos grupos privilegiados.”

2. No final da 2ª Guerra Mundial, as nacionalizações e a planificação pública da economia impuseram-se desde logo por razões pragmáticas: acreditava-se que a reconstrução só poderia ser levada a cabo por uma instância central que controlasse o aforro disponível e decidisse sobre a prioridade dos investimentos. Daí a inevitabilidade da nacionalização da banca e dos seguros. Mas também a inevitabilidade da transferência para o estado dos setores estratégicos (energia, transportes, minas, construção naval, siderurgia, etc.), nos quais era preciso arrancar praticamente do zero.

Mas, por toda a Europa, as nacionalizações foram também uma exigência das forças de esquerda, fortalecidas pela sua participação nos movimentos da Resistência: a verdade é que, nas eleições realizadas no final da Guerra, os partidos da esquerda obtiveram na França quase 75% dos votos (o PCF foi o partido mais votado nas duas eleições a seguir à Guerra) e o

Labour Party ganhou as eleições no Reino Unido. Por outro lado, setores significativos da Democracia Cristã defendiam, na Itália e na Alemanha, posições bastante à esquerda, falando-se de “socialismo de responsabilidade cristã”. Em dezembro/1945, um autor como Gustav Radbruch considerava “evidente que a reconstrução da Alemanha só será possível na base de uma economia organizada nos moldes de uma qualquer forma de socialismo e mediante a socialização de, pelo menos, alguns importantes ramos da sua vida económica, como os bancos, as minas e as indústrias capitais.”

Muitos acreditaram, naquela altura, escreveu Teixeira Ribeiro (1947), que “as nacionalizações na França e na Inglaterra podiam bem servir do primeiro degrau do socialismo”, por se entender que “o significado profundo das nacionalizações” residia em que “elas traduzirão sempre esse propósito firme, que os povos caldearam durante a guerra, de impregnar de humanidade a economia” e por se esperar que as circunstâncias conduzissem a Europa para uma “era em que, de um modo ou de outro, a economia iria ser posta efetivamente ao serviço do homem.”

Nesse ensaio de 1947, Teixeira Ribeiro viu as coisas com clareza: “ou as nacionalizações prosseguem até eliminar do setor privado todas as grandes empresas, ou as grandes empresas hão-de ameaçar permanentemente a política do setor público.”

Em vez de se prosseguir com as nacionalizações para pôr de pé uma “economia ao serviço do homem”, a orientação adotada traduziu-se em colocar o setor empresarial do estado ao serviço dos lucros privados, numa solução de *capitalismo de estado*, em que a propriedade pública se afirmou como uma nova forma de propriedade capitalista (*propriedade do estado capitalista*, um estado que, nas palavras de François Perroux, que foi professor na FDUC em 1935 e que foi sempre um homem conservador (*L'économie du XXe Siècle*, cit., 378 e 382), “nunca é neutro” antes é a

“expressão das classes dominantes”, “largamente dependente do capitalismo dos monopólios.”

3. Sobretudo na Europa e nos EUA, os *trinta anos gloriosos* após a Guerra registaram um bom ritmo de crescimento económico, com baixas taxas de desemprego e taxas aceitáveis de inflação. Falou-se da “obsolescência dos ciclos económicos” (Arthur Okun) e de *capitalismo post-cíclico*. Outros falaram da *sociedade industrial* (Daniel Bell), num ambiente de contagiante ‘otimismo teórico’, que explica o florescimento de uma vasta literatura sobre a *sociedade da abundância*.

Os mais otimistas sustentaram que, graças a estes resultados, a ciência económica tinha, finalmente, adquirido direito de cidadania, afirmando a sua *autoridade* quer como um ramo das ciências sociais quer com instrumento capaz de resolver os problemas da sociedade, dando um salto sem paralelo na sua história e sem igual no que se refere a qualquer outra das ciências não-físicas. Alguns aproveitaram para concluir que a “revolução keynesiana” tinha tornado obsoleto o marxismo.

O ambiente da época, nos círculos políticos e académicos europeus mais importantes, é bem sintetizado por Tony Judt nestes termos: “O estado, era a convicção geral, faria sempre um trabalho melhor do que o mercado sem restrições: não só na aplicação da justiça e na segurança, ou na distribuição de bens e serviços, mas também no planeamento e aplicação de estratégias para a coesão social, amparo moral e vitalidade cultural. (...) A história de sucesso do capitalismo europeu do pós-guerra foi por todo o lado acompanhada por um papel crescente do setor público. (...) O estado, então, era uma coisa boa.”

4. Tudo parecia estar a correr tão bem que muitos procuraram livrar-se da incomodidade de defender o capitalismo, tarefa que, a certa altura, se revelou muito ingrata. Ninguém queria arvorar a bandeira do capitalismo. Por isso resolveram ‘matá-lo’, ao mesmo tempo que ‘matavam’ o socialismo como alternativa ao capitalismo. Foi este o papel da chamada *teoria da convergência dos sistemas*, uma constante do discurso ideológico da social-democracia europeia a partir de meados do século XX e até à emergência da *perestroika* ou até ao desaparecimento da comunidade socialista europeia.

Adolf Berle: “o aparecimento e o desenvolvimento da grande sociedade por ações modifica a propriedade como instituição quase tão profundamente como o fazem a doutrina e a prática comunistas”, pelo que “o sistema económico americano baseado na propriedade privada se tornou, no fim de contas, tão socialista como muitos sistemas socialistas.”

Schumpeter: a evolução do capitalismo “desvitaliza a noção de propriedade”, opera a “evaporação do que podemos chamar a substância material da propriedade”, “afrouxa o domínio, outrora tão forte, do proprietário sobre o seu bem”: “a figura do proprietário e, com ela, o olho do patrão desapareceram de cena.”

Jan Tinbergen: “(...) toda uma série de componentes da propriedade foram já nacionalizados. Como dizem outros economistas, a propriedade privada já foi *creusée*.” Em suma, defende Tinbergen: “os dois sistemas evoluem no sentido de um *optimum*, de uma ordem que é melhor, ao mesmo tempo, que o capitalismo puro e o socialismo puro”, considerando simplista e ultrapassada a visão do litígio ideológico entre os EUA e a URSS como “o litígio entre o *capitalismo* e o *socialismo*.”

Robert Tucker: “O conceito de comunismo de Marx seria aplicável hoje, com rigor, à América; o seu conceito de capitalismo está absolutamente antiquado e ultrapassado.”

Argumentavam outros (os defensores da *sociedade industrial*, o *sub-sistema industrial* de que fala Galbraith) que o progresso tecnológico tinha feito desaparecer a propriedade privada tal como ela existia nas sociedades capitalistas: o fator decisivo é o que contrapõe a *sociedade industrial* a todas as outras formas de organização económico-social (as *sociedades modernas, capitalistas ou socialistas*, são *sociedades industriais*, que geram os *mesmos problemas* e pedem as *mesmas soluções*). Tudo se resumiria a um *problema técnico*, que deve ser resolvido por quem é *tecnicamente competente* para o fazer: o *estado tecnocrático* substitui o *estado democrático*.

Os ideólogos da “revolução dos gerentes” procuraram convencer-nos de que, graças às modernas sociedades por ações (que já tinham feito o ‘milagre’ de inventar a *democratização do capital* e o *capitalismo popular*, bandeiras da ‘revolucionária Sr^a Thatcher), o poder dos proprietários desapareceu: a *propriedade ficou sem poder*, dando lugar ao *poder sem propriedade* dos gerentes, um poder que já não está ao serviço do capital, mas ao serviço do *bem comum*, porque as grandes empresas do “sistema industrial” galbraithiano se comportavam como “empresas dotadas de alma”. Se é o *poder* que conta e não a *propriedade*, capitalismo e socialismo encontram-se superados por um novo modo de produção (a *sociedade dos gerentes*, a *sociedade de tecnoestrutura*), para o qual convergiriam aqueles dois.

John Kenneth Galbraith deu uma contribuição para ‘arrumar’ o capitalismo e o *poder capitalista*, quando, em 1952, enunciou a chamada teoria do *countervailing power* (*American Capitalism: the Concept of Countervailing Power*), que ele próprio resume assim: “Há na sociedade moderna um razoável equilíbrio entre os que exercem o poder e os que a ele se opõem. (...) O poder gera a sua própria resistência e age no sentido de limitar a sua própria eficácia.”

Este *poder compensador* da opinião pública faria equilibrar o poder dos diretores das grandes empresas com uma espécie de *conscience du roi* que os colocaria, não ao serviço da valorização do capital, mas ao serviço dos interesses da coletividade. Sob o impulso dessa ‘consciência’, as próprias empresas deixariam de ‘comportar-se’ em obediência ao espírito de maximização do lucro, para ganharem elas próprias uma ‘alma’ que as levaria a prosseguir o interesse público.

Se o mundo funcionasse desta sorte, seria caso para acreditar numa espécie de *mão invisível coletiva*, uma vez que este efeito compensador galbraithiano significa algo de semelhante à *mão invisível* de Adam Smith: cada grupo de interesses organizados, ao prosseguir os seus próprios objetivos, provocará, automaticamente, a organização de outros grupos de interesses de cuja atuação resultará a limitação do poder daqueles outros grupos, gerando-se assim, espontaneamente, um equilíbrio que promoverá da melhor maneira possível o interesse e o bem-estar coletivos.

Transferindo este raciocínio para o terreno da luta de classes, dir-se-ia que, perante o poder de uma das classes (a classe dominante), a ação da classe explorada, prosseguindo o seu próprio interesse de classe, daria lugar a um equilíbrio de poderes que se traduziria na promoção do interesse de toda a comunidade. A luta de classes perderia todo o sentido. O paraíso ficaria ao alcance de um toque desta varinha mágica que é o *countervailing power*.

Na dialética marxista, a dinâmica da conflitualidade em sociedades constituídas por classes sociais com interesses antagónicos conduz à agudização das contradições até que chegue o tempo da *revolução social* e da passagem de um sistema a outro; segundo a tese de Galbraith, o conflito de interesses geraria uma *dinâmica de adaptação*, através do *efeito compensador*, que acabaria por conduzir automaticamente, espontaneamente, a uma *posição de equilíbrio* que realiza o interesse geral.

E a história acabaria aqui. Também por esta via o capitalismo teria garantida a eternidade.

Honra seja a J. K. Galbraith, que reconheceria, anos mais tarde, reconheceu ter adotado, naquele seu livro de 1952, “um ponto de vista indevidamente otimista quanto ao equilíbrio resultante [do poder compensador].”

5. Pois bem. A realidade dos tempos que vivemos revela, sem margem para dúvida, quão falaciosa é toda esta construção (que já o era nos anos de 1970...). Hoje são os próprios *managers* (os administradores profissionais dos grandes grupos económicos) que vêm a público justificar as remunerações, prebendas e pensões milionárias que auferem (ofensivas para quem vive do seu trabalho), com o aval dos grandes acionistas, alegando que estes as votam porque eles (os tais administradores das *empresas dotadas de alma...*) proporcionam aos acionistas dominantes ganhos elevadíssimos (ganhos de capital e dividendos chorudos), cumprindo e ultrapassando as metas que se propõem no exercício das suas funções, que consistem em dar muito dinheiro aos acionistas e em pagar-se principescamente a si próprios.

A necessidade de obter lucros muito elevados para poder contentar a gula de acionistas e gestores justifica, segundo a generalidade dos especialistas, a atração destes últimos por operações de alto risco à margem da economia real, que podem proporcionar ganhos especulativos que as ‘atividades normais’ não permitem.

Tanto os dividendos dos grandes acionistas como os honorários (e os prémios de gestão) dos gestores profissionais (que, em regra, são também grandes acionistas das empresas que dirigem) vão, em grande parte, para os *paraísos fiscais*, com o objetivo de fugir aos impostos e de entrar no circuito da especulação financeira. A ideia de assegurar o *autofinanciamento* das

empresas com fundos resultantes de lucros não distribuídos cheira a romantismo passadista.

Por vezes, os ‘jogos de casino’ da especulação correm mal... Mas os grandes acionistas (e os seus gestores) sabem que estes ‘pecados’ contra a tal *ética dos negócios* de que agora tanto se fala são sempre cometidos com *boas intenções* (a intenção de lhes dar a eles muito dinheiro a ganhar) e sabem também que, quando as coisas correm mal, se se tratar de grandes interesses financeiros ou de grupos económicos muito poderosos, o estado amigo lá está para cobrir os prejuízos, em nome do interesse nacional...

Não há dúvida de que a ‘revolução’ acabou. Os gerentes das *empresas dotadas de alma* utilizam agora as empresas que gerem como instrumentos de especulação, transformando-as no que já alguém chamou *empresas irresponsáveis* (“irresponsible companies”).

As lições das chamadas *crises do petróleo* (1973-75 e 1978-80) impuseram aos ‘comandos’ do capitalismo à escala mundial a adoção de uma nova estratégia adequada à luta contra a *baixa tendencial da taxa média de lucro nos setores produtivos* (que então ficou a descoberto), estratégia que se traduziu em *escolhas políticas* diferentes das que tinham sido propostas por Keynes e pelos keynesianos: o *consenso keynesiano* foi substituído pelo chamado *consenso de Washington*, que ‘codifica’ a nova estratégia de clara inspiração neoliberal.

Alguns autores falam do fim do “*capitalismo fordista*” (em termos gerais, o que corresponde ao sentido da políticas de inspiração keynesiana) e do início de um novo período do capitalismo, que designam “*capitalismo dominado pelos acionistas*”, que talvez possa caraterizar-se deste modo: privatização da banca, dos seguros e da generalidade das empresas públicas, por puros preconceitos ideológicos; perda, por parte dos estados, do controlo do sistema financeiro (da emissão de moeda, das taxas de juro e das taxas de câmbio), com a consequente perda do controlo sobre o destino da poupança

nacional; liberdade absoluta de circulação de capitais; supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo; ‘privatização’ dos estados, que, como qualquer cidadão, dependem dos “mercados financeiros” para o financiamento das suas políticas; prioridade no combate à inflação, acreditando-se que a *estabilidade* traz consigo o crescimento e o emprego; políticas de *arrocho salarial*, que entregam ao capital os ganhos da produtividade, apesar de esta estar cada vez mais ligada ao homem trabalhador (enquanto produtor, depositário e utilizador do conhecimento), e que promovem a baixa dos salários (o aumento do *trabalho não pago*), para tentar compensar a subida dos custos financeiros e a baixa tendencial da taxa média de lucro; ataque às organizações sindicais e à contratação coletiva; asfixia do estado social.

No contexto europeu, a aprovação do *Tratado de Maastricht* (1991), com grande empenho dos partidos socialistas europeus, é o ponto crítico da submissão da ‘Europa’ ao espírito do *Consenso de Washington*. Filho do medo renascido da *Grande Alemanha* por parte da França de Mitterrand (após a anexação da RDA pela RFA), o *Tratado de Maastricht* teve efeitos contrários aos desejados: em vez de amarrar a Alemanha ao tecido mais apertado da Europa maastrichtiana, abriu o caminho da *Europa alemã*.

6. Durante anos, mesmo já depois da constituição de alguns partidos comunistas em países da Europa ocidental, os partidos socialistas recusavam-se a colaborar com os que chamavam os *governos da burguesia*. Nos anos 50 e 60 do século XX os socialistas e sociais-democratas europeus consideravam-se gravemente ofendidos e reagiam violentamente quando, à sua esquerda, comunistas e outros os acusavam de *gestores leais do capitalismo*.

A certa altura, os partidos da social-democracia europeia começaram a afastar-se da sua matriz ideológica originária e mesmo do legado keynesiano. Um momento marcante desta ‘evolução’ foi sem dúvida o Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg, em 1959, que aprovou o novo programa do partido, no qual não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*.

Para quem entenda que o socialismo não pode deixar de incluir, no seu núcleo essencial, a eliminação dos rendimentos não provenientes do trabalho (o que pressupõe a apropriação social dos principais meios de produção), esta opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus “apenas significa – como sublinhava, há quase sessenta anos, Teixeira Ribeiro – que tais partidos desistiram de implantar um sistema económico socialista”. Na verdade, como o mesmo professor enfatiza, “o socialismo de economia capitalista”, “o *socialismo dos partidos socialistas* não se diferencia substancialmente do *capitalismo dos partidos capitalistas*, uma vez que uns e outros se propõem alcançar em economia capitalista os mesmos objetivos: desenvolvimento económico e justiça social.”

Pouco tempo depois, a os partidos socialistas e sociais-democratas da Europa passaram a afirmar-se como *defensores do capitalismo* na esfera da produção, declarando-se *socialistas* no que toca à distribuição do rendimento. Os equívocos de há meio século desapareceram: a social-democracia europeia não quer mais do que *gerir lealmente o capitalismo*, no quadro da *economia social de mercado* (ou *economia de mercado regulada*).

Só que, a meu ver, esta doutrina oficial da social-democracia europeia representa uma equação teórica e política tão difícil de resolver como a da *quadratura do círculo*. Com efeito, sabemos, desde os fisiocratas, que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-

se separadas das estruturas e das relações sociais da produção. Por outras palavras: a estrutura de classes da sociedade e as relações de produção que lhe são inerentes são os fatores determinantes da distribuição da riqueza e do rendimento. A lógica da distribuição não pode ser antagónica da lógica inerente às relações de produção capitalistas. Como é óbvio.

Prosseguindo um processo iniciado em finais do século XIX, o movimento social-democrata abandonou também, em meados do século passado, a tese de que o estado é sempre, nas sociedades de classes, um *estado de classe*, deixando para trás não só Marx, mas os grandes clássicos do século XVIII (Adam Smith: o estado foi instituído com vista “à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres”) e até os fisiocratas.

Como salienta um dos seus teóricos em Portugal, a *esquerda moderna* “mudou radicalmente de atitude face ao estado”, ao longo do século XX: abandonou a “posição libertária de querer destruí-lo [ao estado capitalista], como dominação e fator de dominação burguesa” e proclamou uma mudança na “arquitetura institucional do estado”, que o transformou em um “espaço de integração social e intervenção política para as organizações vinculadas ao movimento operário”. O *estado capitalista* (é dele que estamos a falar) passou a ser considerado como “comunidade política nacional”, como “espaço de pertença de toda a coletividade”, como “expressão da comunidade política nacional”, como “representação política de toda a sociedade.” (cito Augusto Santos Silva)

Segundo este modo de ver, o estado seria algo parecido com um clube onde todos os cidadãos poderiam entrar, se para isso tivessem os votos suficientes dos cidadãos-eleitores. Ora, por volta de 1832, um candidato ao Parlamento britânico calculava ter de gastar, numa única eleição, entre dez mil e vinte mil libras (uma fortuna!). E numa publicação da época escrevia-se: “Não há no reino meia dúzia de localidades em que um homem honesto, de competência e de carácter reconhecidos possa esperar vencer outro que

esteja preparado para despende uma fortuna para o conseguir.” (MORTON/TATE, *ob. cit.*, 80/81).

Nos nossos dias, os estudos de sociologia política nos EUA mostram que, há décadas, vêm sendo eleitos presidentes os candidatos que conseguem reunir mais fundos para a campanha eleitoral, sendo público que esses fundos provêm, em larguíssima medida, do *Big Business*. É óbvio que nenhum candidato ou nenhum partido que se apresente como representante dos interesses dos trabalhadores consegue entrar neste *estado-para-todos*, porque é o dinheiro que comanda e garante a eleição do Presidente e a eleição dos Representantes e dos Senadores. E todos sabemos que não há almoços grátis... O direito a participar no estado transformou-se num ‘bem’ que tem de se ‘comprar’ no mercado, e este ‘mercado’, como todos os outros, é controlado pelo grande capital. Como em todos os mercados, também neste ‘mercado dos votos’ a *soberania do cidadão* não passa de pura fantasia.

Por isso Joseph Stiglitz sublinha que o sistema político dos EUA assente cada vez mais no princípio *um dólar, um voto*, passando à história o princípio democrático *uma pessoa, um voto*. E, se é certo que “os mercados são modelados pela política”, porque “as políticas determinam as regras do jogo económico”, não é menos certo que, nos países capitalistas, “o campo do jogo está inclinado para os 1% do topo”, porque “as regras do jogo político também são moldadas por esses 1%”.

Se bem vejo, esta concepção da sociedade e do estado é uma das razões que facilitou o envenenamento da social-democracia europeia pelo neoliberalismo, tornando-a incapaz de fazer a crítica deste capitalismo da era da *globalização neoliberal*, sob a invocação de que *não há alternativa*, ‘argumento’ irracional, ofensivo da nossa inteligência e da nossa liberdade.

7. A partir dos anos 1980, acentuou-se a aproximação da social-democracia europeia ao ideário neoliberal consagrado no dito *Consenso de Washington*.

- Pouco depois da eleição que o levou ao Eliseu, François Mitterrand, com o propósito de liquidar politicamente o Primeiro-Ministro do seu Governo (Michel Rocard), proclamava que este se limitava a “privatizar e enriquecer os capitalistas”. Mas é claro que o próprio Mitterrand era o maestro da orquestra que tocava esta música, tendo Rocard como solista. Na verdade, em 1983, Mitterrand confessava a Jacques Attali estar “dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social”, reconhecendo, deste modo, que a *justiça social não tinha lugar na ‘Europa’* em construção desde 1957. E, como é sabido, ele optou pela construção da ‘Europa’, sacrificando a justiça social. Esta tem sido a opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus. A ‘Europa’ é o seu projeto.

Em 1984, Laurent Fabius declarou que a crise que afetava a França poderia ser uma oportunidade para ‘modernizar’ a economia e para ganhar competitividade. Invocando a necessidade da “reestruturação industrial”, lançou milhares de trabalhadores para o desemprego na siderurgia, nas minas, na construção naval e na indústria automóvel; cortou nos salários e nos direitos dos trabalhadores, semeou a precariedade nas relações laborais, fez cortes nas despesas sociais.

Alguns anos mais tarde, logo a seguir à queda do Muro de Berlim (9.11.1989), o mesmo Michel Rocard reconhecia, com grande frieza – seguindo, afinal, a lição de Mitterrand –, que “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa”, acrescentando que “para fazer a Europa é necessário aceitar *as regras deste jogo cruel*.” É a renúncia à *Europa social* e a aceitação da *mercadização* da economia e da vida, “feita pela Europa, graças à Europa e por causa da

Europa” (cito Pascal Lamy, outro alto dirigente socialista, então Diretor-Geral da OMC).

Confissões como a de Rocard refletem concepções que equivalem à *morte da política* e ao reconhecimento de que *a soberania reside nos mercados*, ideia tão sugestivamente expressa nesta síntese espantosa de Joschka Fisher (ex-dirigente de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados.” Serenamente, sem qualquer resistência, aceita-se que os mercados matem a política, isto é, matem a democracia.

- Durante o período de debate público que antecedeu o referendo sobre o projeto de ‘Constituição Europeia’ (2004/2005), alguns dirigentes do PS francês que fizeram campanha pelo NÃO contra a direção do seu partido vieram a público criticar as opções de fundo do PSF, denunciando que “a Europa se transformou no *joker* de uma esquerda sem projeto nem reflexão”, uma “esquerda que não tem outro projeto para além da construção europeia, *a Europa*”, uma esquerda que, para agradar aos mercados, defende e pratica “uma política ainda mais à direita do que a direita.” Jean-Pierre Chevènement – várias vezes ministro de governos socialistas – caracterizou esta ‘esquerda’ como “uma mescla de ‘realismo económico’, de anticomunismo renovado e de espírito social cristão.”

Outros falaram de *esquerda choramingas* (Frédéric Lordon) para caracterizar esta ‘esquerda’ que fala da pobreza e do desemprego com uma lágrima ao canto do olho, mas que se recusa a analisar as questões fundamentais que estão na raiz das crises, do desemprego e da pobreza, correndo sérios riscos de não perceber nada do que se passa à sua volta e ‘justificando’ a realidade como uma consequência *inevitável* da ‘globalização’.

- Durante esse período, um grupo de personalidades (entre as quais Jacques Delors e António Guterres) trouxe a público, através da internet, uma *Petição* na qual se defende, a inclusão de um artigo com esta redação: *“A construção da União não pode fazer-se apenas através do mercado. O interesse geral não pode ser a soma dos interesses privados que o mercado exprime. A longo prazo, o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos fundamentais, bem como a coesão dos territórios não podem ser assegurados de forma duradoura pelas regras da concorrência. Por isso a União reconhece, em igualdade com o princípio da concorrência, o princípio do interesse geral e a utilidade dos serviços públicos. A União vela pelo respeito pelo princípio da igualdade no acesso aos serviços de interesse geral para todos os cidadãos e residentes. Esforça-se, juntamente com os estados-membros, cada um no quadro das suas competências, por promover os serviços de interesse geral enquanto garantes dos direitos fundamentais, elementos do modelo social europeu e vínculos de pertença à sociedade do conjunto de cidadãos, cidadãs e residentes. Cada estado-membro é chamado a assegurar o seu funcionamento e o seu financiamento. Uma lei-quadro europeia precisará estes princípios ao nível da União. A União vela para que se respeite o princípio da subsidiariedade e da livre administração das coletividades locais”*.

- Nesta mesma *Petição*, os signatários propuseram também que se acrescentasse um Título ao texto da CE, com esta introdução e estes dois primeiros artigos:

“Nós, povos unidos da Europa, não podemos aceitar por mais tempo que a precariedade, a pobreza e a exclusão diminuam a nossa coesão social e os próprios fundamentos das nossas democracias. A história do nosso continente mostra que a injustiça social pode provocar estragos consideráveis e pode inclusivamente dar lugar a épocas de horror. Diz-se

que “as mesmas causas produzem os mesmos efeitos”... Nós rejeitamos que os nossos filhos sejam condenados a viver numa sociedade da precariedade. Nós não queremos que os nossos filhos conheçam o horror, no nosso território ou em outro lugar do planeta.

Artigo I – Em nome da dignidade humana, em nome dos valores que animavam aqueles que durante o século passado decidiram construir a paz, resolvemos fazer juntos todo o possível para construir uma sociedade de bem-estar, uma sociedade de felicidade pessoal e de coesão social. Damos dez anos para conseguir alcançar estes cinco objetivos:

1º um emprego para todos: uma taxa de desemprego inferior a 5%;

2º uma sociedade solidária: uma taxa de pobreza inferior a 5%;

3º um teto para cada um: uma taxa de alojamentos inadequados não superior a 3%;

4º a igualdade de oportunidades: uma taxa de analfabetismo na idade de 10 anos inferior a 3%;

5º solidariedade com os povos do Sul: uma ajuda pública ao desenvolvimento superior a 1% do PIB.

Aos Estados que não satisfaçam estes critérios sociais em 2015 aplicar-se-ão sanções comparáveis às destinadas aos países que não respeitam os critérios de Maastricht.

Artigo II – Para facilitar a consecução deste objetivo de coesão social, a política aplicada pelo Banco Central Europeu prossegue um duplo objetivo: lutar contra a inflação e sustentar o crescimento económico. Estes dois objetivos têm o mesmo grau de prioridade”.

O que se propunha não era, obviamente, nada de subversivo. Tratava-se apenas de uma tentativa para salvaguardar o chamado *modelo social europeu* enquanto bandeira da social-democracia europeia, a partir do entendimento de que a sua salvaguarda *não pode garantir-se através do*

mercado, porque este ‘modelo’ convive mal com as regras da *economia de mercado aberto e de livre concorrência*.

Pois bem: nem no projeto de ‘constituição europeia’ nem no chamado *Tratado de Lisboa*, herdeiro direto daquela, os responsáveis pela sua aprovação levaram minimamente em conta a proposta daquelas personalidades tão insuspeitas de anti-europeísmo. Os ventos do neoliberalismo dominante, soprados pelos interesses do grande capital financeiro, não deixaram ouvir a voz do bom senso, que estas propostas veiculavam.

- Após a assinatura do *Tratado Que Estabelece Uma Constituição para a Europa* (24.10.2004), o NÃO à ratificação foi identificado com o caos [Daniel Cohn Bendit: “Se dissermos *não* a esta Constituição, imobilizamos a França e a Alemanha” (*Le Monde Diplomatique*, maio/05, 14); o SIM foi considerado como a fonte de onde jorra o leite e o mel....

Os defensores do NÃO foram tratados pelos fiéis do “pensamento único euro-beato” (Jacques Génèreux) como hereges anti-europeus (a nova forma da velha *traição à pátria*, de triste memória em outras circunstâncias históricas), seguindo uma tradição que vem de longe. De resto, já em 1979 J.-P. Chevènement falava de “um verdadeiro terrorismo ideológico exercido em nome da Europa”, sobretudo pela direção do PSF.

Os estados nacionais chamados a ratificá-lo foram objeto de clara chantagem: os que não ratificassem a Constituição ficariam à margem da história, afastados do ‘paraíso europeu’, isolados economicamente e politicamente, condenados ao *ghetto* dos sem futuro. Mais uma vez, o rolo compressor, a política do *fait accompli* (há quem fale de *método Monnet*), que tem caracterizado o processo de integração europeia, e tão ao gosto de todos os construtores de impérios.

Por esta altura, Dominique Strauss-Kahn deu-nos esta notícia de espantar: “fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus.” Acreditaram que poderiam ‘construir’ a ‘Europa’ não apenas *contra os cidadãos europeus*, mas também *sem cidadãos* (hã-de ter pensado: fazem-se depois, talvez *made in China*, que ficam mais baratos...).

Os defensores da CE não compreenderam que os povos, as nações e os estados não se abatem por decreto. Os parlamentos da França e da Holanda aprovaram, por maiorias esmagadoras, a dita *Constituição Europeia*. Mas os povos sabem que os estados nacionais soberanos constituem a matriz da liberdade e da cidadania, são a única entidade política que, nas condições atuais, pode opor-se às forças do capital, são o único espaço em que os trabalhadores podem, dentro da legalidade, organizar-se para defender os direitos que conquistaram, um a um, ao longo de séculos de sofrimento e de luta. Por isso ‘chumbaram’ a Constituição Europeia, deixando a nu a inconsistência da democracia representativa: os representantes não atuam em conformidade com a vontade e os interesses dos seus representados, antes obedecem a outros mandantes.

- A verdade é que, contra todos os poderes organizados, o NÃO à CE ganhou. Porque *os povos rejeitam a Europa como ela é*, reconheceu Jacques Chirac logo na noite do referendo (29.5.2005). Dias depois, foi a vez de Hubert Védrine, ex-ministro socialista dos negócios estrangeiros e partidário do SIM, escrever em *Le Monde* (1.6.2005): “o que envenenou tudo foi a obstinação no sentido de se ridicularizar qualquer sentimento patriótico normal, de caricaturar quaisquer preocupações com o alargamento da União, mesmo legítimas e não xenófobas, de tornar suspeito qualquer desejo, perfeitamente normal, de as pessoas pretenderem conservar, no quadro da globalização, uma certa soberania sobre os seus destinos e a sua identidade, de varrer com desprezo qualquer crítica. Foi tudo isso, juntamente com a

insegurança social, com a insegurança identitária, com o sentimento de desapossamento democrático”, foi tudo isso que justificou o NÃO dos franceses. Pouco depois, escrevia Pierre Nora (também partidário do SIM, *Le Monde*, 4.6.2005): “Estamos a pagar pela ridicularização sistemática de qualquer manifestação de *apego à nação*. De forma consciente ou não, passou-se o tempo a ridicularizar e a negligenciar um inconsciente coletivo muito forte, sacrificando-o às *miragens de uma construção europeia, a uma Europa com falta de definição e de limites.*”

Creio que é necessário levar muito a sério os comentários de Védrine e de Nora, e receio que os que têm utilizado (ou aceite) o ‘rolo compressor’ como modo habitual da construção europeia tenham esquecido a velha história do *aprendiz de feiticheiro*...

Depois deste debate sobre a CE e perante a vitória do NÃO contra todos os poderes organizados, houve quem pensasse que se tinha encerrado um ciclo de construção da Europa, “o ciclo da mentira política institucionalizada, da hipocrisia, do ilusionismo e da abdicação generalizada da vontade.” (G. Sarre)

Infelizmente, a realidade mostra, todos os dias, que se enganaram. Cientes de que os povos da Europa (os que foram ouvidos) rejeitaram esta ‘Europa’, os europeístas militantes deitaram fora os compromissos assumidos e aprovaram o *Tratado de Lisboa* (igualzinho à CE) “à porta fechada” (Habermas), no ambiente protegido dos parlamentos, que já tinham aprovado a ‘Constituição’ que os povos rejeitaram (se fizéssemos novo referendo, o Tratado de Lisboa não passaria, confessou Sarkozy no Parlamento Europeu).

Os dogmas sobre a ‘Europa’ são defendidos tão pelos seus prosélitos com tanto fervor como o que a Santa Inquisição exibia na defesa dos dogmas que lhe cabia proteger de todas as heresias, com os métodos que conhecemos. Por toda a Europa (e também no nosso País) aqueles que põem em causa os

mitos e os *dogmas* da *Europa alemã* são vistos como *inimigo interno*. Considerados *hereses*, não são queimados nas fogueiras da Inquisição, mas são silenciados em tudo o que é televisão e nos grandes meios de comunicação de massas (ou de *manipulação* de massas). Mesmo nas universidades, são completamente ignorados, considerados como inexistentes. Lamento muito ter de dizer isto. Mas não ficaria de bem com a minha consciência se não dissesse aquilo que penso. Neste tempo de *totalitarismo ideológico*, esta é a liberdade que nos resta, em todas as circunstâncias: pensar o que dizemos e dizer o que pensamos.

- Durante a campanha eleitoral para o cargo de Presidente da República (2007), a candidata socialista Ségolène Royal apontou como chave das suas propostas de desenvolvimento económico esta ideia: “Relançaremos o crescimento económico porque reconciliaremos os interesses das empresas e os interesses dos assalariados.”

Talvez ingenuamente (quem sabe?...) a Sr^a Ségolène repetia Adam Smith (e Friedrich Hayek): assegurado o crescimento económico, o resto vem por si, não sendo necessárias quaisquer *políticas ativas* para promover maior igualdade e maior justiça social. E como, para haver crescimento económico é necessário investimento privado e só haverá investimento privado se houver lucros fartos, ela lançou este repto aos empresários do seu país: “Façam lucros, aumentem os vossos rendimentos!”. O velho Turgot disse o mesmo, há uns séculos atrás (“enrichissez-vous, par le travail et par l’épargne”).

Perante a vitória da direita (que colocou Sarkozy na Presidência e garantiu maioria absoluta na Assembleia Nacional) Ignacio Ramonet concluía (2007) que a ala social-liberal do Partido Socialista francês (da qual saíram quatro dos ministros ao Governo Sarkozy) passou a integrar o espaço da direita liberal, projetando para breve a derrota total do PS francês, em

consequência das políticas que adotou desde Mitterrand, que se traduziram “bloquear os salários, suprimir postos de trabalho, liquidar as zonas industriais e privatizar uma parte do setor público, (...) aceitando a missão histórica de ‘adequar’ a França à globalização, de a ‘modernizar’ à custa dos assalariados e em proveito do capital.”

- Como todos recordaremos, o candidato François Hollande fez campanha proclamando que o seu inimigo era o capital financeiro. Para melhor o combater, foi buscar a colaboração de alguém que conhecia o ‘inimigo’ por dentro, o alto quadro do Banco Rothchild Emmanuel Macron. Uma vez Presidente, Hollande elegeu “as empresas” como o seu *herói coletivo* e passou a olhar os trabalhadores como os ‘privilegiados’ que têm de ser chamados a pagar a crise.

Ao anunciar (15.1.2014) o que chamou *Pacto de Responsabilidade* Hollande defendeu a tese (de Hayek e de Milton Friedamn) segundo a qual “os custos indiretos do trabalho” (os descontos para a segurança social) “são um dos principais entraves ao crescimento do emprego”, eliminando a contribuição patronal que financia as prestações sociais em benefício das famílias, entregando ao patronato cerca de 35 mil milhões de euros, retirados do financiamento do sistema público de segurança social. Argumento: esta “redução dos custos do trabalho” destina-se a “simplificar e facilitar a vida das empresas”.

Seguiu-se a reforma da legislação laboral, impulsionada por Manuel Valls e Emmanuel Macron com o apoio total de Hollande: cortam-se direitos históricos dos trabalhadores com o argumento de que este é o caminho para “libertar o crescimento” e para “desbloquear o País”. Justificação do Presidente La Palisse: “só conseguiremos reduzir o desemprego se as empresas criarem empregos”, pelo que é preciso “facilitar a vida das empresas”.

A lógica do *Pacto de Responsabilidade* é a que caracteriza o que Hollande e os *hollandistas* gostavam de chamar “socialismo da oferta”: a salvação dos trabalhadores, da economia e da pátria está nas empresas. Por isso, às empresas tudo é devido, para que elas possam realizar o *milagre da salvação* (salvação dos trabalhadores, da economia e da pátria).

Em 17.12.2014, o porta-voz de Hollande proclamava: “A política económica do Governo não é de direita nem de esquerda, ela é necessária.” [*There is no alternative...*] É, mais uma vez, a inglória tentativa de *matar as ideologias*, como quem se quer livrar da peçonha.

Tem razão o meu Colega da FEUC Júlio Mota quando escreve (Blogue *A Viagem dos Argonautas*, 21.10.2014) que “uma esquerda que age desta forma [face ao neoliberalismo meter a cabeça na areia] torna-se tanto ou mais perigosa que a própria direita, porque a sua capacidade de manipulação e de convencimento é claramente superior.”

A luta contra o *estado social* lembra-me a história do *aprendiz de feiticeiro*. Os que querem livrar-se dele deveriam pensar bem nestas palavras de Mark Blyth: o *estado social* é “uma forma de seguro de ativos para os ricos”, mas “aqueles que detêm a maioria dos ativos andam a fugir ao pagamento do prémio de seguro”...

8. Chegaremos a conclusões idênticas se tivermos em conta a realidade na Alemanha, onde o Partido Social-Democrata (SPD) teve a responsabilidade do governo entre 1998 e 2005. Durante este período, os sociais-democratas (dirigidos por Gerhard Schröder) levaram a cabo um conjunto de ‘reformas estruturais’, no âmbito da chamada *Agenda 2010*.

O conteúdo dessa ‘modernização’ é o habitual em todas as *reformas estruturais modernizadoras*: desregulação (‘flexibilização’) do mercado de trabalho; ataques à contratação coletiva; redução substancial dos impostos pagos pelas grandes empresas e pelos contribuintes ricos; redução das

transferências do estado em benefício do conjunto dos trabalhadores alemães; redução dos salários reais dos trabalhadores da administração pública.

O resultado destas políticas foi a condenação de grande número de trabalhadores ao regime de trabalho precário; o desenvolvimento de um amplo setor de *mini-empregos* (pagos a 300-400 euros mensais); a redução do poder de compra dos salários; a diminuição da parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional; um enorme crescimento das desigualdades salariais e da pobreza (na Europa, só comparável ao que se registou no RU por força das políticas neoliberais da Sr^a Thatcher e dos governos trabalhistas de Blair e Gordon Brown); as mais baixas taxas de crescimento da zona euro (junto com a Itália), entre 1999 (data do lançamento do euro) e 2007, com a criação de menos empregos do que a França, a Espanha e a Itália.

O Chanceler Schröder e o SPD fizeram grande propaganda da sua política de *modernização* da Alemanha e de melhoria da sua *competitividade* internacional, procurando assim ganhar espaço político à direita. No *Forum Económico Mundial* de Davos, em 2005, Schröder vangloriava-se de ter criado “todo um setor do mercado de trabalho onde os salários são baixos” e de ter “modificado o sistema de subsídio de desemprego a fim de criar fortes incentivos ao trabalho.” E uma personalidade influente do SPD afirmava em 2009: “O desenvolvimento de um setor de baixos e de muito baixos salários não é prova do fracasso da *Agenda 2010*, mas do seu sucesso.”

Reparem nesta síntese (de Ulrich Beck) da verdadeira contra-revolução operada pelo governo social-democrata na Alemanha: “cerca de metade dos novos postos de trabalho é constituída por empregos precários no âmbito do trabalho temporário (cerca de um milhão), os chamados *mini-empregos* ou *empregos de 400 euros* (cerca de 7,4 milhões), empregos a prazo (3 milhões), etc. A fragmentação social e as diferenças entre os rendimentos aumentaram, assim, rapidamente.”

9. No Reino Unido, foi um governo de Tony Blair que concretizou definitivamente e deu toda a amplitude a um velho projeto conservador (a *Private Finance Initiative*, lançada em 1992 pelo Governo de John Major), que abriu às empresas privadas os setores (o ‘negócio’, a ‘indústria’) da saúde e da educação. Seguiram-se as estradas, as prisões, as tecnologias de informação, o fomento da habitação social, as bibliotecas, a iluminação pública, etc. Este lucrativo negócio (para o qual *o estado garante lucro sem risco*), foi mesmo além do que os conservadores tinham projetado, a ponto de estes (oportunisticamente, sem dúvida) se terem dissociado dele, alegando que nunca o tinham pensado como um expediente para conseguir financiamentos públicos para negócios privados.

Tony Blair – que sempre se opôs às *políticas keynesianas de redistribuição do rendimento*, com o argumento de que nada deverá estorvar a criação de riqueza – defendia em 1998: “não existe uma política económica para a esquerda ou para a direita, mas sim políticas que são eficazes ou que o não são.”

Os resultados das políticas *blairistas* inspiradas na ideologia neoliberal dominante são eloquentes: em 2006 os lucros das cem empresas que integram o *Financial Times Stock Exchange* foram 7 vezes superiores aos de 2003. No fim dos anos Thatcher, 1% dos britânicos (os mais ricos) possuíam 17% da riqueza nacional; as políticas dos governos trabalhistas que se seguiram alcançaram um êxito ainda maior: aquela percentagem aumentou para 21%, cabendo 6% aos 50% mais pobres. Onze milhões dos 60 milhões de britânicos vivem na pobreza e a UNICEF coloca o RU no último lugar dos países da OCDE no que toca ao bem-estar das crianças. Um estudo do *Institute of Fiscal Studies* (segundo os jornais de janeiro/2011) mostra que a parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional do RU baixou de 65% em 1975 para 53% em 2007.

10. A social-democracia europeia abandonou os trabalhadores, fazendo suas as bandeiras de uma espécie de *povo de substituição* (homossexuais, fumadores de drogas, gente que faz da eutanásia um grande problema da humanidade...). Encontrei há pouco esta ideia (que deixei em escrito ou fala recente) numa entrevista que Costas Lapavitsas concedeu à revista *CartaCapital* (22.6.2017): A esquerda europeia “deixou de falar dos mais pobres, das suas ideias e aspirações. (...) A partir do momento em que a esquerda abandona a política clássica das classes sociais e a substitui pelas políticas sexuais, de género, ela deixa de falar das classes sociais, dos pobres, das classes trabalhadoras. (...) A esquerda precisa de falar a linguagem das classes trabalhadoras. (...) Ao esquecer a problemática das classes sociais, a esquerda torna-se supérflua.”

Foi esta ‘esquerda supérflua’ que arquitetou e fez aprovar o *Tratado de Maastricht* (do qual saiu o PEC, que Romano Prodi classificou de *estúpido e medieval*), tratado que veio alterar profundamente a “natureza ideológica da comunidade”: esta passou a ser dirigida segundo princípios “ultraconservadores”, privando os estados-membros de autonomia em matéria de política monetária, cambial e orçamental e pondo em causa abertamente o chamado *modelo social europeu*. Fiquei confortado nas minhas posições de há anos quando vi João Ferreira do Amaral a não poupar nas palavras com que responsabiliza os socialistas europeus (incluindo o PS português) pela construção deste “mundo maastrichtiano”: “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, porque “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht. (...) Este desvio para a direita por parte do socialismo europeu (...) foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem

políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam.” (J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos...*, cit., 99/100)

E a verdade é que o *estado social* está hoje ameaçado, não porque seja *financeiramente inviável* (como acreditar nesta mentira mil vezes repetida, se nos recordarmos de que produzimos hoje muito mais riqueza, em montantes que nem sequer sonhávamos aqui há 40 ou 50 anos!), mas porque os interesses económicos dominantes (sob a hegemonia da grande capital financeiro) entendem que, dada a atual correlação de forças, não têm que submeter-se ao *compromisso* que o estado social representa.

Por isso, a luta pelo estado social está no primeiro plano das lutas em que a esquerda está comprometida. Corretamente, a meu ver. Porque, nas condições atuais das nossas sociedades, a democracia não é possível sem o estado social.

Só que, na minha leitura, a certeza de que a luta pelo estado social se identifica com a luta pela democracia não invalida a caracterização do *estado social* como uma solução que não põe em causa a lógica do capitalismo, uma solução *dentro do capitalismo*. Por isso me parece importante que, na perspetiva do marxismo e da luta pelo socialismo, se mantenha aberta a discussão sobre o que é o socialismo. Porque *o estado social está longe de ser o socialismo*.

11. Como se já não bastasse o Tratado de Maastricht, a social-democracia europeia aprovou, *em plena paz de consciência* (Sócrates *dixit*), o Tratado Orçamental, “um modelo político de marca alemã” (como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht), um produto imposto por uma Alemanha ciosa de afirmar “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães.” (Habermas)

Este verdadeiro “golpe de estado europeu” (R.-M. Jennar) veio agravar o adquirido anterior, levando ainda mais longe o processo de

substituição da política (e a prestação de contas que lhe é inerente em democracia) pela aplicação mecânica e cega de *regras* (verdadeiros dogmas indiscutíveis, como é próprio dos dogmas) plasmadas neste e nos demais Tratados estruturantes da UE, todos praticamente petrificados, imutáveis, aspirando à eternidade.

Os órgãos do poder político eleitos pelo voto democraticamente expresso dos cidadãos são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt): não podem decidir sobre a emissão de moeda; não podem desvalorizar a moeda; dependem dos “mercados” para se financiar (como uma qualquer *pessoa* ou empresa – uma verdadeira ‘privatização’ dos estados-membros da UE); não podem fixar e controlar as taxas de juro; não podem optar por um determinado nível de inflação que possa ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

Jürgen Habermas faz esta leitura: “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respetivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais.” Para os cidadãos dos estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de “os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutro lugar.” Estas são soluções que não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática.”

Felipe González (Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013) reconhece os perigos inerentes a este tipo de democracia: “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por

poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível.” Não tem algo, tem tudo!

Estão a construir um novo *Leviathan*, invocando, no fundo, que os homens e os povos (ou alguns povos do ‘sul’) são incapazes de autogoverno. Reduzindo a política à mera *aplicação mecânica de regras iguais para todos* este Tratado que a UE é constituída por países com situações e com histórias completamente diferentes e pretende asfixiar a democracia na União Europeia. Estas *regras alemãs* não são mais do que a transformação em *normas jurídicas* de doutrinas económicas altamente discutíveis mas com uma clara marca de classe (a *regra de ouro do equilíbrio orçamental*, que até há pouco era ridicularizada em todos os manuais; a regra do défice não superior a 3% do PIB; a regra da dívida não superior a 60% do PIB; a regra da independência dos bancos centrais, que se traduz na *privatização do estado*, colocado numa situação idêntica à de qualquer indivíduo ou empresa: quando precisa de dinheiro, vai aos bancos, cabendo a estes a *função de soberania* de decidir quais as despesas que financia e em que condições o fazem). Estas *regras alemãs*, para além de sujeitarem estados ditos soberanos à obediência ao catecismo alemão, visam impedir que as eleições possam mudar as políticas. Foi o que ficou claríssimo na Grécia, por ocasião das eleições que levaram o Syriza ao Governo e por ocasião do referendo sobre as *políticas de austeridade*: o voto do povo soberano não pode sobrepor-se às regras! É a substituição da política pelas regras, é a morte da democracia.

Creio sinceramente não exagerar quando digo que este Tratado é um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno.

12. Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários, Thomas Mann exortava-os a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*. Este apelo foi recordado, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha. Hoje, não faltam razões, a nosso ver, para temer que este apelo se tenha esfumado. A Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido (Habermas) “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros.”

Em novembro/2011 o secretário-geral do partido da Srª Merkel proclamou no Congresso do seu partido: “Agora na Europa fala-se alemão”.

Em certos círculos da intelectualidade alemã vem-se defendendo esta tese (revista *Merkur*, janeiro/2012): “sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade. (...) Para funcionar, a União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício.”

Por alguma razão um homem tão do *stablishment* como Jean-Claude Juncker não foi capaz de calar o que lhe ia na alma, declarando, numa entrevista (30.7.2012): “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial”. É caso para perguntar: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. Em Julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Vai mais longe o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer: “A Alemanha destruiu-

se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.”

Dá arrepios ler isto. A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita.

A *Europa alemã* está a levar demasiado longe a sua arrogância e a sua desumanidade para com os *povos do sul*. O mal-estar cresce por toda a Europa. “Nos países mediterrânicos – escreve Wolfgang Streeck –, e em certa medida na França, a Alemanha é hoje mais detestada do que nunca desde 1945.”

Creio, porém, que, para mudar a *Alemanha alemã*, é importante que mude a atitude da *Europa de Vichy*, que se curva perante a *Europa alemã*, numa atitude típica de *colaboracionismo*. Ao contrário do que aconteceu na resistência ao nazi-fascismo, os partidos da social-democracia europeia, pelo menos de há umas quatro décadas para cá, têm colaborado com a *Europa alemã*, têm estado na primeira linha da defesa das *regras alemãs* com as quais se pretendem dominar os povos da Europa, destruindo as *soberanias nacionais* e fazendo dos *países do sul* verdadeiras *colónias* (meras *filiais* da *Grande Alemanha*). É urgente acordá-los, para que assumam as suas responsabilidades: *o sono da razão gera monstros!* Com os Hollande e os Macron não vamos lá. Com os Le Pen, muito menos.

13. É claro que alguns da *Europa de Vichy* que colaboram com a *Europa alemã* recebem compensações. O retrato da *Europa alemã* não dispensa hoje estes retoques da autoria de dois colaboracionistas:

- Não há muito, interrogado por um jornalista numa conferência imprensa sobre a razão que levava a Comissão Europeia a castigar alguns países em virtude do défice excessivo, apesar de não fazer o mesmo com a

França, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, respondeu: “parce que c’est la France!” Voilà..., a *Europa* no seu melhor!

- Pouco depois, o Presidente Hollande confessava a dois jornalistas que tinha feito um acordo secreto com Durão Barroso, já renovado com J.-C. Juncker, nos termos do qual a França poderia falsificar as suas contas para esconder o défice excessivo e a Comissão Europeia fecharia os olhos para poder continuar a castigar os ‘pecadores’ mais pobres e indefesos.

Parece incrível, mas é verdade. Porque nós ouvimos o que J.-C. Juncker disse na conferência de imprensa e, por parte da Comissão Europeia, ninguém desmentiu a incrível confissão de Hollande que o incrimina a ele e a dois presidentes da Comissão Europeia. Nesta *Europa alemã*, tudo isto é possível. Até manter no seu posto de Presidente da Comissão Europeia um antigo Primeiro-Ministro de um dos países do euro que fez do seu país um paraíso fiscal e adotou práticas que prejudicaram em milhões vários estados-membros da UE que com ele compartilham a mesma moeda. Só não se toleram os *pecados dos povos do sul*, que gostam de *viver acima das suas posses e gastam em álcool e em mulheres* (em português há uma expressão mais vernácula, que me dispense de utilizar neste santuário da sabedoria) as ajudas dos *virtuosos* arianos do norte. O social-democrata holandês que disse em público esta ofensa aos ‘povos do sul’ mantém-se no seu posto. Alguém pode chamar a isto democracia?

Que democracia é esta, em que o Presidente da Comissão Europeia chega ao Parlamento Europeu e diz: “o Parlamento Europeu é completamente ridículo. (...) Este Parlamento não é sério. (...) Tem de respeitar as Presidências dos países mais pequenos, o que não está a fazer.”

14. É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais que marcam a *Europa alemã* com a cobertura da *Europa de Vichy*. Wolfgang

Streeck tem inteira razão: “a integração europeia transformou-se numa catástrofe política e económica.” Sobretudo após a crise do euro, “a Europa tornou-se alemã. (...) Mas dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu.” E “a Europa alemã – conclui Ulrich Beck – viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”, porque ela é um mundo caracterizado pela “*assimetria entre poder e legitimidade*. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.”

Perante esta evidência, surgem algumas propostas reformistas (referi atrás as apresentadas por Jacques Delors e António Guterres). Uma boa parte delas vêm de autores alemães, que são, tanto quanto conheço, dos mais preocupados com os riscos desta *Europa alemã*. Ulrich Beck propôs um *novo contrato social europeu*, “uma nova era social-democrata a nível transnacional.” Habermas propõe um projeto capaz de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro.” Mas não parece acreditar muito nele, porque, como ele próprio reconhece, a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático.”

Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse. A social-democracia europeia é hoje estruturalmente neoliberal e está interessada em manter Keynes morto e bem morto, para que ele não venha criar problemas de consciência a quem se submete, serenamente, às teses segundo as quais “as regras do jogo do capitalismo internacional” impedem quaisquer políticas sociais dignas desse nome (Michel Rocard) e segundo as quais “ninguém pode fazer política contra os mercados.” (Joschka Fisher)

Desiludido, Habermas conclui que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro”, não escondendo a sua preocupação quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu.”

E Ulrich Beck faz este diagnóstico da *Europa alemã*: “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional. (...) O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo.”

Venha o diabo e escolha..., porque, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será, a meu ver, mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*. Creio que é esta mesma convicção que justifica a conclusão deste autor: “a adesão a esta ideia de *mais Europa* [i. é, mais federalismo] é cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE.” Isto porque, a meu ver, os povos da Europa estão fartos das *políticas de austeridade*, que constituem *pecados contra a dignidade dos povos* (disse-o J.-C. Juncker) e que exigem às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis” (Paul Krugman)

15. Em livro recente, também Wolfgang Streeck analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia* como “uma imunização do mercado a correções democráticas”, com vista a eliminar “a tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um primado duradouro do mercado sobre a política.” Na sua ótica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos.”

O *primado duradouro do mercado sobre a política* passa, entre outros, por estes caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através

de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*.”

A reflexão de Wolfgang Streeck [que não posso expor aqui em pormenor] ajuda-nos a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ nesta Europa à deriva falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de ‘*libertar*’ a *ação política* (nomeadamente da política financeira) *do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos ‘reformistas’), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

16. Dito isto, quero deixar claro que as questões em aberto não se resolvem, a meu ver, pondo bigodes à Hitler nos retratos da Sr^a Merkel. O regresso da *Grande Alemanha* fez regressar os medos históricos da Europa,

cujos povos têm sido secularmente martirizados e dizimados por guerras que não são as suas.

No entanto, sabemos hoje que a 1ª Guerra Mundial não ocorreu porque um nacionalista sérvio matou um arquiduque numa rua de Sarajevo. E sabemos também que o nazi-fascismo não se confunde com a personalidade psicopática e com as ideias criminosas de Adolf Hitler. O nazi-fascismo foi o resultado da aliança entre o partido nacional-socialista, os grandes monopólios alemães (da indústria e da finança) e os grandes latifundiários, que, em determinadas condições históricas (da história do capitalismo), utilizaram o partido nazi como instrumento para prosseguir os seus próprios objetivos de destruir o movimento operário e de combater a ameaça comunista, que vinha com os ventos de leste, originários da Rússia dos soviets.

O que hoje se passa aos nossos olhos é o fruto da *ditadura do grande capital financeiro*, que ganhou supremacia relativamente ao *capital produtivo* (Keynes alertou para os perigos de uma situação deste tipo), produziu a ideologia neoliberal e tornou o mundo dependente dela, para seu proveito. Estes têm de ser os alvos do nosso combate, em especial no plano da *luta ideológica*, um terreno privilegiado da *luta de classes* nestes nossos tempos. E este combate obriga-nos a retirar a discussão destes temas dos ambientes almofadados do *bunker* de vidro de Bruxelas e dos corredores de todas as *comissões trilaterais* do mundo, trazendo-a para as universidades, para os sindicatos e para a praça pública. Os intelectuais em geral e os universitários em particular têm especiais responsabilidades neste domínio.

A presente *crise do capitalismo* tem vindo a acentuar e a evidenciar as contradições do ‘mundo velho’ que se julga predestinado para ser *eterno*. Nestas condições, é essencial preservar a memória e não esquecer as lições da História. A Europa vive hoje um período de *grave retrocesso democrático e civilizacional*. Cabe-nos impedir que, mais uma vez, a Europa se condene

a (e o mundo para) uma nova era de barbárie. É nosso dever abrir caminho para uma nova ordem europeia e mundial, assente na cooperação e na paz entre os povos. As condições não parecem particularmente favoráveis, mas não nos resta outro caminho.

Coimbra, 3 de julho de 2017
António Avelãs Nunes